

I - TERMO DE USO - Inscrição em eventos e capacitações da SMIT

Histórico de Revisões

Data	Versão
Junho/2026	1.0

1. DA CIÊNCIA DO TERMO DE USO:

O presente Termo de Uso se refere a um instrumento firmado entre o usuário/participante de eventos e capacitações organizados pela SMIT e a Secretaria Municipal de Integridade e Transparência (SMIT).

A participação está condicionada à ciência dos termos e dos avisos associados. O usuário/participante deverá ler tais termos e avisos, certificar-se de havê-los entendido, estar consciente de todas as condições estabelecidas no Termo de Uso e se comprometer a cumpri-las.

Ao participar do Congresso Carioca de Integridade Pública, o usuário/participante manifesta estar ciente em relação ao conteúdo deste Termo de Uso e estará legalmente vinculado a todas as condições aqui previstas.

2. DEFINIÇÕES DO TERMO DE USO:

Para os fins deste Termo de Uso, são aplicáveis as seguintes definições:

- a) Agente público: Todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta.*
- b) Agentes de Estado: Inclui órgãos e entidades da Administração pública além dos seus agentes públicos.*
- c) Códigos maliciosos: São qualquer programa de computador, ou parte de um programa, construído com a intenção de provocar danos, obter informações não autorizadas ou interromper o funcionamento de sistemas e/ou redes de computadores.*
- d) Sítios e aplicativos: Sítios e aplicativos por meio dos quais o usuário acessa os serviços e conteúdos disponibilizados.*

e) *Terceiro: Pessoa ou entidade que não participa diretamente em um contrato, em um ato jurídico ou em um negócio, ou que, para além das partes envolvidas, pode ter interesse num processo jurídico.*

f) *Internet: Sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes.*

g) *Usuário/participante: Todas as pessoas naturais que se inscrevam para participarem do Congresso Carioca de Integridade.*

h) *Link: terminologia para endereço de internet.*

i) *Plataforma Sympla: plataforma tecnológica que intermedia a venda de ingressos, inscrições e serviços relacionados aos eventos cadastrados pelos Produtores, acessível pelo site www.sympla.com.br ou por meio dos aplicativos oficiais. A Plataforma pode operar no Modelo "self-service", no qual o Produtor gerencia seus eventos de forma autônoma, ou no Modelo Sympla Bileto, voltado para casas de shows, teatros, museus e eventos de grande porte que demandam soluções customizadas.*

j) *Plataforma Modelo Self-Service: modalidade da Plataforma na qual o Produtor gerencia autonomamente a criação, configuração e gestão de seus eventos, incluindo a venda de ingressos, inscrições e outros serviços relacionados.*

3. ARCABOUÇO LEGAL:

O arcabouço legal aplicável ao Congresso Carioca de Integridade Pública deste instrumento compreende os seguintes atos legislativos e normativos:

a) *Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 – Marco Civil da Internet – Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.*

b) *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação – Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal.*

c) *Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 – Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.*

d) *Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da*

personalidade da pessoa natural.

e) Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021 – Princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital.

f) Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012 - Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos.

g) DECRETO RIO Nº 54984 DE 21 DE AGOSTO DE 2024 - Estabelece o Programa Municipal de Proteção de Dados Pessoais, institui a Política Municipal de Proteção de Dados Pessoais, dispõe sobre a aplicação da Lei Federal nº 13.709, de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, no âmbito da Administração Pública do Município do Rio de Janeiro, acrescenta os §§ 3º e 4º ao Decreto Rio nº 48.972, de 2021, revoga o Decreto Rio nº 49.558, de 2021, e dá outras providências.

h) Resolução CVL Nº 216, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023 - Regulamenta as diretrizes da Política de Segurança da Informação - PSI no âmbito do Poder Executivo Municipal.

i) Resolução SEGOVI Nº 91, DE 1º DE AGOSTO DE 2022 - Regulamenta o Programa de Governança em Privacidade e Proteção dos Dados Pessoais - PGPPDP.

4. DESCRIÇÃO:

4.1. Nome do serviço: Inscrição em eventos e capacitações organizados pela SMIT.

4.2. Realizador: Secretaria Municipal de Integridade e Transparência.

4.3. Objetivo: Realização da inscrição em eventos e capacitações organizados pela SMIT, que pode ser realizada através do Sympla ou do Google Forms vinculado ao Workspace institucional da Prefeitura.

5. DIREITOS DO USUÁRIO DO SERVIÇO:

De acordo com a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, são direitos básicos do usuário/participante:

5.1. Participação no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços;

5.2. Obtenção e utilização dos serviços com liberdade de escolha entre os meios oferecidos e sem discriminação;

5.3. Acesso e obtenção de informações relativas à sua pessoa constantes de registros ou bancos de dados, observado o disposto no inciso X do caput do art. 5º da Constituição Federal e na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

5.4. Proteção de suas informações pessoais, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

5.5. Obtenção de informações precisas e de fácil acesso nos locais de prestação do serviço, assim como sua disponibilização na internet, especialmente sobre:

a) horário de funcionamento das unidades administrativas;

b) serviços prestados pelo órgão ou entidade, sua localização exata e a indicação do setor responsável pelo atendimento ao público; e

c) acesso ao agente público ou ao órgão encarregado de receber manifestações.

6. RESPONSABILIDADES DO USUÁRIO:

6.1 - O usuário se responsabiliza pela precisão e pela veracidade dos dados informados e reconhece que a inconsistência deles poderá implicar a impossibilidade de inscrição em eventos desta natureza.

6.2 - Durante a utilização do serviço, a fim de resguardar e de proteger os direitos de terceiros, o usuário se compromete a fornecer somente seus dados pessoais, e não os de terceiros.

6.3 - O login e senha só poderão ser utilizados pelo usuário cadastrado. Ele se compromete em manter o sigilo da senha, que é pessoal e intransferível, não sendo possível, em qualquer hipótese, a alegação de uso indevido após o ato de

compartilhamento.

6.4 - O usuário do serviço é responsável pela atualização dos seus dados pessoais e pelas consequências em caso de omissão ou erros nos dados fornecidos.

6.5 - O Usuário é responsável pela reparação de todos e quaisquer danos, diretos ou indiretos (inclusive decorrentes de violação de quaisquer direitos de outros usuários; de terceiros, inclusive direitos de propriedade intelectual; de sigilo; e de personalidade), que sejam causados à Administração Pública, a qualquer outro Usuário, ou ainda a qualquer terceiro, inclusive em virtude do descumprimento do disposto nestes Termos de Uso e Política de Privacidade ou de qualquer ato praticado a partir de seu acesso ao serviço.

6.6 - A Administração Pública Municipal do Rio de Janeiro não poderá ser responsabilizado pelos seguintes fatos:

- a) Equipamento infectado ou invadido por atacantes;*
- b) Equipamento avariado no momento do consumo de serviços;*
- c) Proteção do computador;*
- d) Proteção das informações baseadas nos computadores dos usuários;*
- e) Abuso de uso dos computadores dos usuários;*
- f) Monitoração clandestina do computador dos usuários;*
- g) Vulnerabilidades ou instabilidades existentes nos sistemas dos usuários;*
- h) Perímetro inseguro.*

6.7 - Em nenhuma hipótese, a Administração Pública Municipal do Rio de Janeiro será responsável pela instalação, no equipamento do Usuário ou de terceiros, de códigos maliciosos (vírus, trojans, malware, worm, bot, backdoor, spyware, rootkit, ou de quaisquer outros que venham a ser criados), em decorrência da navegação na Internet pelo Usuário.

7. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO:

7.1 - A Administração Pública Municipal se compromete a cumprir todas as legislações inerentes ao uso correto dos dados pessoais do cidadão de forma a preservar a privacidade dos dados utilizados no cadastro para participação de eventos desta natureza, bem como a garantir todos os direitos e garantias legais

dos titulares dos dados. Ela também se obriga a promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. É de responsabilidade da Administração Pública Municipal implementar controles de segurança para proteção dos dados pessoais dos titulares.

7.2 - A Administração Pública Municipal poderá, quanto às ordens judiciais de pedido das informações, compartilhar informações necessárias para investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou ameaças potenciais contra pessoas, bens ou sistemas que sustentam o Serviço ou de outra forma necessárias para cumprir com obrigações legais. Caso ocorra, a Administração Pública Municipal notificará os titulares dos dados, salvo quando o processo estiver em segredo de justiça.

8. AVISO DE PRIVACIDADE:

8.1 - O Aviso de Privacidade estabelecido pela Secretaria Municipal de Integridade e Transparência informa o titular de dados pessoais acerca da utilização de dados pessoais coletados para a inscrição de capacitações e eventos organizados pela Secretaria Municipal de Integridade e Transparência e faz parte de forma inerente do presente Termo de Uso, ressaltando-se que os dados pessoais mencionados serão tratados nos termos da legislação em vigor.

8.2 - Para mais informações acesse nosso aviso de privacidade contida no item II deste instrumento.

9. INFORMAÇÕES PARA CONTATO:

9.1. Em caso de dúvidas relacionadas a capacitações e eventos realizados pela SMIT, entre em contato através dos nossos canais de atendimento:

Endereço: Rua Beatriz Larragoiti Lucas, 121 - 4º andar - Edifício Torre Norte, Cidade Nova - CEP 20211-175

E-mail: smitrio@prefeitura.rio

Instagram: [@integridade_rio](https://www.instagram.com/integridade_rio)

II – AVISO DE PRIVACIDADE - Inscrição em eventos e capacitações realizadas pela SMIT

Histórico de Revisões

Data	Versão
Junho/2026	1.0

Este Aviso de Privacidade foi elaborado em conformidade com o Marco Civil da Internet e com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

A aplicação deste Aviso será pautada pelo dever de boa-fé e pela observância dos princípios previstos no art. 6º da LGPD dentre eles, o da finalidade, da adequação, da necessidade, do livre acesso; da qualidade dos dados, da transparência, da prevenção, da não discriminação e o da responsabilização e da prestação de contas.

1. DEFINIÇÕES:

Para melhor compreensão deste documento, neste Aviso de Privacidade, consideram-se:

- a) Dado Pessoal: Informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável.*
- b) Titular: Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.*
- c) Dado Pessoal Sensível: Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.*
- d) Agentes de tratamento: O controlador e o operador. Os indivíduos subordinados ou vinculados, como os funcionários, os servidores públicos ou as equipes de trabalho de um órgão ou de uma entidade, que atuam sob o poder diretivo do agente de tratamento não serão considerados como controladores ou operadores;*
- e) Controlador: órgão da Administração Direta ou entidade da Administração Indireta, do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro, a quem compete as*

principais decisões relativas aos elementos essenciais para o cumprimento da finalidade do tratamento de dados pessoais, bem como a definição da natureza dos dados pessoais tratados e a duração do tratamento;

f) Controladoria Conjunta: determinação conjunta, comum ou convergente, por dois ou mais controladores, das finalidades e dos elementos essenciais para a realização do tratamento de dados pessoais, por meio de acordo que estabeleça as respectivas responsabilidades quanto ao cumprimento da LGPD;

g) Operador: Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

h) Suboperador: contratado pelo operador para auxiliá-lo a realizar o tratamento de dados pessoais em nome do controlador, podendo ser equiparado ao operador perante a LGPD em relação às atividades que foi contratado para executar, no que se refere às responsabilidades;

i) Encarregado: pessoa indicada, mediante ato formal, pelo controlador e pelo operador, cujas identidade e informações de contato estarão divulgadas publicamente, de forma clara e objetiva, preferencialmente no sítio eletrônico do controlador e do operador, sendo responsável por atuar como canal de comunicação entre o controlador, o operador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;

j) Anonimização: Utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;

k) Dado Anonimizado: Dado relativo a um titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;

l) Autoridade Nacional: Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional;

m) Banco de Dados: Conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;

n) Consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada, não sendo a única nem a principal base legal possível para viabilizar o tratamento de dados pessoais.

o) Incidente de segurança com dados pessoais: qualquer evento adverso confirmado, relacionado à violação na segurança de dados pessoais, tais como acesso não autorizado, acidental ou ilícito que resulte na destruição, perda, alteração, vazamento ou ainda, qualquer forma de tratamento de dados

inadequada ou ilícita, os quais possam ocasionar risco para os direitos e liberdades do titular dos dados pessoais;

p) Órgão de Pesquisa: Órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, legalmente constituída sob as leis brasileiras e com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico;

q) Transferência Internacional de Dados: Transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro;

r) Tratamento: Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração; e

s) Uso Compartilhado de Dados: Comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.

2. BASE LEGAL PARA TRATAMENTO:

2.1 - O tratamento de dados pessoais é realizado com base no art. 7º, inciso II e se limita ao cumprimento das finalidades descritas no art. 24, III da Política Municipal de Proteção de Dados Pessoais (Decreto Rio 54.984 de 21 de Agosto de 2024) com o objetivo de realizar comunicações operacionais para enviar e-mails com o lembrete do evento, envio de certificados de participação ou avisos de última hora para quem se inscreveu, além de comprovação da presença e participação dos inscritos na capacitação ou evento, a fim de que seja comprovada a realização do(s) eventos(s) e/ou capacitações perante os órgãos de controle para prestação de contas, sendo este uso essencial para a realização do serviço.

3. CONTROLADOR:

3.1 - Nome do Controlador: Secretaria Municipal de Integridade e Transparência

3.2 - Endereço do Controlador: Rua Beatriz Larragoiti Lucas, 121 - 4º andar - Edifício Torre Norte, Cidade Nova - CEP 20211-175

3.3 - Endereço eletrônico do Controlador: smitrio@prefeitura.rio

3.4 - Telefone para contato: +55 (021) 97050-5566

3.5 - Nome do(a) encarregado(a) de dados do Controlador: Ana Paula Vasconcellos da Silva e Marina Semedo.

3.5.1 - E-mail do(a) encarregado(a) de dados do Controlador:
lgpd.smit@prefeitura.rio

3.5.2 - Portal de Atendimento ao Cidadão da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: 1746.rio

4. OPERADOR:

4.1 - Nome do Operador: Sympla Internet Soluções S.A., CNPJ nº 14.512.528/0001-54

4.2 - Endereço do Operador: Avenida Nossa Senhora do Carmo, 931 - Sion, Belo Horizonte - MG, 30.320-000

4.3 - Endereço eletrônico do Operador: privacidade@sympla.com.br

4.4 - E-mail do(a) encarregado(a) de dados do Operador:
privacidade@sympla.com.br

4.5 - Contato para requisição de informações:
<https://ajuda.sympla.com.br/hc/pt-br/requests/new>

4.6 - Termo de Uso do Portal Sympla como solução tecnológico para inscrição em eventos:
<https://termos-e-politicas.sympla.com.br/hc/pt-br/articles/44293992401300-Termos-de-Uso-Gerais>

5. DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS:

5.1 - O titular de dados pessoais possui os seguintes direitos, conferidos pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD):

a) *Direito de confirmação e acesso (Art. 18, incisos I e II): é o direito do titular de dados de obter do serviço a confirmação de que os dados pessoais que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o direito de acessar os seus dados pessoais.*

b) *Direito de retificação (Art. 18, inciso III): é o direito de solicitar a correção*

de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.

c) Direito à limitação do tratamento dos dados (Art. 18, inciso IV): é o direito do titular de dados de limitar o tratamento de seus dados pessoais, podendo exigir a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

d) Direito de oposição (Art. 18, § 2º): é o direito do titular de dados de, a qualquer momento, opor-se ao tratamento de dados por motivos relacionados com a sua situação particular, com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento ou em caso de descumprimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

e) Direito de não ser submetido a decisões automatizadas (Art. 20): o titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.

6. QUAIS DADOS PESSOAIS SÃO TRATADOS:

6.1 - São tratados os seguintes dados pessoais:

- a) Nome e Sobrenome;*
- b) Instituição a que pertence;*
- c) Endereço de e-mail;*
- d) Telefone celular para contatos (pode ser solicitado em algumas capacitações e eventos, não é mandatório)*

7. COMO OS DADOS SÃO COLETADOS:

7.1. Os dados pessoais utilizados no serviço são coletados através da inserção pelo usuário/participante no formulário, que pode ser realizada através do Sympla ou do Google Forms vinculado ao Workspace institucional da Prefeitura.

8. QUAL O TRATAMENTO REALIZADO E PARA QUAL FINALIDADE

Os dados pessoais utilizados para a inscrição em eventos e capacitações são coletados e tratados com o objetivo de realizar comunicações operacionais para enviar e-mails com o lembrete do evento, envio de certificados de participação ou avisos de última hora para quem se inscreveu, além de comprovação da presença e participação dos inscritos, a fim de que seja comprovada a realização do(s) eventos(s) aos órgãos de controle para prestação de contas, sendo este uso

essencial para a realização do serviço.

8.1. DEFINIÇÃO DE TIPOS DE TRATAMENTO:

- a) **ACESSO** - ato de ingressar, transitar, conhecer ou consultar a informação, bem como possibilidade de usar os ativos de informação de um órgão ou entidade, observada eventual restrição que se aplique;
- b) **ARMAZENAMENTO** - ação ou resultado de manter ou conservar em repositório um dado;
- c) **ARQUIVAMENTO** - ato ou efeito de manter registrado um dado, embora já tenha perdido a validade ou esgotado a sua vigência;
- d) **COLETA** - recolhimento de dados com finalidade específica;
- e) **COMUNICAÇÃO** - transmitir informações pertinentes a políticas de ação sobre os dados;
- f) **CONTROLE** - ação ou poder de regular, determinar ou monitorar as ações sobre o dado;
- g) **ELIMINAÇÃO** - ato ou efeito de excluir ou destruir dado do repositório;
- h) **PROCESSAMENTO** - ato ou efeito de processar dados visando organizá-los para obtenção de um resultado determinado;
- i) **REPRODUÇÃO** - cópia de dado preexistente obtido por meio de qualquer processo;
- j) **TRANSFERÊNCIA** - mudança de dados de uma área de armazenamento para outra, ou para terceiro.

9. COMPARTILHAMENTO DE DADOS:

9. *Os dados pessoais do usuário poderão ser compartilhados com a Secretaria Municipal da Casa Civil e parceiros institucionais, como o SEBRAE-RJ, que receberão os dados para fazer a recepção dos participantes e dos convidados na entrada do local do evento. Além disso, os dados também poderão ser compartilhados com a Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro e demais órgãos de controle, como o Tribunal de Contas do Município, para fins de controle interno e externo da Administração Pública Municipal.*

9.1. *O uso, acesso e compartilhamento da base de dados formada nos termos do presente Aviso de Privacidade poderão ser feitos dentro dos limites e propósitos*

das atividades legais e competências do órgão. As bases poderão ser fornecidas e disponibilizadas para acesso e/ou consulta de:

9.1.1. *Outros órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal com o objetivo de realizar auditorias ou fiscalizações, além de comprovar o cumprimento de obrigações contratuais com os prestadores de serviço de organização do evento.*

9.1.2. *Investigações judiciais: O órgão/entidade poderá, quanto às ordens judiciais de pedido das informações, compartilhar informações necessárias para investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou ameaças potenciais contra pessoas, bens ou sistemas ou de outra forma necessária para cumprir com nossas obrigações legais em caso de determinação judicial.*

9.1.3. *Tramitação em processos administrativos: Compartilhamento dos dados em processos físicos e digitais: Os dados pessoais tratados pela Administração Pública Municipal poderão ser inseridos em processos físicos ou processos virtuais, neste último caso inseridos no SEI.Rio, para fins de tramitação de expediente administrativo, em cumprimento aos princípios do devido processo legal e da legalidade administrativa, além das obrigações legais constantes da Constituição Federal, da Lei Federal 9.784/99 e do Decreto Municipal 2.477/80, sendo o tratamento de dados pessoais inseridos nos processos administrativos realizados de acordo com a base legal constante do art. 7º, II, da LGPD.*

10. TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS:

- a) Há transferência internacional de dados pessoais: art. 33, I e II da LGPD.
- b) O operador informa que “A Sympla poderá realizar transferências internacionais de dados para outros países, tais como Estados Unidos da América e para países da União Europeia, a fim de realizar algumas das atividades envolvidas nos serviços prestados aos usuários, bem como para poder obter informações que possam contribuir para o aperfeiçoamento e segurança dos nossos serviços.” *O conteúdo completo pode ser cessado em:*
<https://termos-e-politicas.sympla.com.br/hc/pt-br/articles/360030733772-7-Transfer%C3%Aancia-Internacional-de-dados>
- c) O Operador ainda informa que a finalidade da transferência internacional de dados é a de contribuir para o aperfeiçoamento e segurança dos serviços prestados.
- d) O Operador se compromete em seu Termo de Uso e Política de Privacidade a garantir um padrão de proteção e segurança da informação compatível com a legislação brasileira (LGPD), com indicação expressa dos nomes dos Encarregados e seus respectivos contatos.

11. SEGURANÇA DOS DADOS:

11.1. A realização de eventos e capacitações se submete à Política de Segurança da Informação - PSI no âmbito do Poder Executivo Municipal, constante do DECRETO RIO Nº 53700, de 8 de dezembro de 2023, nos termos da RESOLUÇÃO CVL Nº 216, de 15 de dezembro de 2023.

12. TRATAMENTO POSTERIOR DOS DADOS PARA OUTRAS FINALIDADES:

12.1. Informações sobre os dados inseridos pelo usuário/participante serão utilizados para a emissão do certificado de participação em eventos e capacitações, além da comprovação da realização do evento perante parceiros institucionais e para fins de comprovação de execução contratual das empresas eventualmente contratadas para a realização de eventos e capacitações.

13. MUDANÇAS:

13.1. A presente versão 1.0 deste instrumento foi atualizada pela última vez em Junho de 2026.

13.2. O Controlador se reserva o direito de modificar no site, a qualquer momento, as presentes normas, especialmente para adaptá-las, seja pela disponibilização de novas funcionalidades, seja pela supressão ou modificação daquelas já existentes.

13.3. Qualquer alteração e/ou atualização neste instrumento passará a vigorar a partir da data de sua publicação no sítio do serviço e deverá ser integralmente observada pelos Usuários.

14. FORO:

14.1. Este instrumento será regido pela legislação brasileira. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.